Exmo. Sr. Dr. Bernardino Soares

Presidente da Câmara Municipal de Loures

Exmo. Sr.ª Dr.ª Cristina Monteiro

Coordenadora da Biblioteca Municipal José Saramago

Exmos. Srs. Autarcas e Vereadores

Exmos. Srs. Oradores e Convidados

Como é do conhecimento geral, nestes últimos anos, houve quem preconizasse que as bibliotecas públicas estavam condenadas a um papel social e cultural periférico, uma vez que as populações, em consequência de profundas mutações nas tecnologias de informação e de uma panóplia significativa de solicitações culturais, iriam canalizar os seus interesses para outro tipo de equipamentos. E temia-se que, com esta avaliação, os poderes públicos deixassem de efectuar os necessários e continuados investimentos que uma biblioteca pública exige e que essa situação provocasse o seu gradual definhamento até se tornarem em equipamentos obsoletos e inúteis.

Quem nunca acreditou, nem aceitou, este diagnóstico foi os profissionais das bibliotecas públicas, acompanhados por alguns autarcas, que sempre entenderam que geriam imprescindíveis centros de disponibilização de informação. E, como o nosso povo costuma dizer, das fraquezas fizeram forças, e reagiram, com o seu trabalho, a este quadro negativo: articularam-se tecnicamente com as bibliotecas escolares, que, entretanto, apareceram, ao ponto de constituírem, com o beneplácito do poder local, redes municipais de bibliotecas, disponibilizando, com claras vantagens para os utentes, catálogos unificados on-line; saíram para fora das paredes dos seus equipamentos, de modo formal, através da criação de polos de bibliotecas e de bibliomoveis, mas também de modo informal, deslocando-se, em visitas regulares, aos locais onde boa parte das suas comunidades se encontrava, indo aos centros de dia, às misericórdias, às escolas, às prisões e até mesmo às empresas; diversificaram a sua prestação de serviços, na certeza de que a promoção das literacias se atingia por diversas vias.

A pouco e pouco, foram transmitindo, a quem de direito, a convicção de que as bibliotecas públicas eram, podendo ainda ser mais, instrumentos fundamentais para a inclusão social, para a melhoria da qualidade de vida das populações, na medida em que eram decisivas para desenvolver a sua formação e as suas competências, em suma, que, ao estarem presentes, de

forma empenhada, ao longo da vida das pessoas, fariam com que estas adquirissem uma cidadania mais consciente e participativa.

É evidente que as bibliotecas públicas ainda sofrem inúmeras dificuldades e que, algumas delas, ainda vivem asfixiadas por carências que lhes inibe a acção. Mas, de qualquer forma, sem ainda terem superado por completo a crise que as afetou, algumas destas bibliotecas públicas conseguiram ver reconhecido o seu papel, tornando-se uma presença activa e constante nas populações que servem, integradas no seu quotidiano, e assim conseguiram afirmar-se perante os poderes públicos, em particular, perante as autarquias, como exemplos modelares da forma como se pode constituir um serviço público, diversificado e competente, no acompanhamento cultural das pessoas.

Hoje, já poucos têm a coragem de classificar as bibliotecas públicas como equipamentos obsoletos e periféricos. A sua abertura cada vez maior à comunidade, com um conjunto de serviços que as próprias pessoas consideram como imprescindível, deu às bibliotecas públicas um legítimo reconhecimento e, neste momento, são as próprias populações que acusam os poderes instituídos, nas pequenas bolsas de território onde ainda não existe um serviço de leitura pública em pleno funcionamento, da sua falência nesta matéria.

Um bom exemplo do tipo de serviço que pode prestar uma biblioteca pública está no equipamento onde nos encontramos. A Biblioteca Municipal José Saramago, através de um investimento perseverante da Autarquia e do trabalho esforçado e competente dos seus profissionais, em articulação com o polo recentemente inaugurado da Biblioteca Municipal Ary dos Santos e com as bibliotecas escolares, consegue disponibilizar uma significativa diversidade de serviços de qualidade, atraindo as populações do concelho e promovendo, através de um amplo conjunto de programas e atividades, o fomento das literacias e, dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento cultural, social e até económico dos seus munícipes.

Nos dias de hoje, mais uma vez por iniciativa dos profissionais de bibliotecas e de alguns autarcas, está a ocorrer, de forma silenciosa, como já anteriormente sucedera, uma transformação particularmente relevante, com possíveis efeitos muito positivos no combate às iliteracias e no alargamento a todo o território nacional de um qualificado serviço de leitura pública. Estou a referir-me à constituição de efectivas redes regionais de bibliotecas públicas, no quadro das Comunidades Intermunicipais. De facto, presentemente, já algumas destas redes estão institucionalizadas e temos conhecimento de diversos casos que estão em fase de constituição.

Dando voz a necessidades, por diversas vezes manifestadas, de utentes, de inúmeros profissionais do sector e de muitos autarcas, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas já há algum tempo que tem preconizado, como orientação genérica, a constituição destas redes regionais de bibliotecas; por isso, e desde que para tal solicitada, tem apoiado tecnicamente a sua criação. Os benefícios destas redes são evidentes: as sinergias, constituídas deste modo, não só têm dado uma maior dinâmica às estruturas instaladas, como rentabilizam os investimentos na aquisição de fundos documentais, na renovação dos equipamentos, na formação dos técnicos e num melhor aproveitamento das acções de promoção da leitura. Além disso, - e este é, provavelmente, o aspeto mais relevante -, podem ser uma via consistente para alargar às populações mais isoladas e desfavorecidas, inseridas em municípios com maiores dificuldades, o serviço de leitura pública, contribuindo desse modo para uma maior uniformidade em todo o território nacional no acesso à informação e, consequentemente, para atingir o necessário desenvolvimento sociocultural. Por último, este tipo de articulação tem favorecido o concurso de projectos a verbas comunitárias através dos programas que privilegiam o investimento nas áreas da modernização administrativa e do combate à exclusão social.

Creio que se deduz das minhas palavras, a relevância que a DGLAB dá a esta iniciativa dos responsáveis da Biblioteca Municipal José Saramago em realizar um I Encontro de Bibliotecas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, dado o seu sentido de oportunidade, e porque entendemos que vem ao encontro de preocupações que são reconhecidas, de uma forma mais ou menos consciente e racionalizada, pelos profissionais da leitura pública. Por isso mesmo, tem todo o sentido a criação de um momento de reflexão teórica sobre esta problemática e, principalmente, que se procure encontrar os meios de operacionalizar, através de parcerias com entidades locais com responsabilidades na execução de políticas ambientais, de segurança social, na saúde e na criação de emprego, de estratégias que favoreçam a consciencialização das populações dos seus direitos e deveres e das oportunidades que estão instaladas para melhorar as suas condições de vida.

Assim, gostaria de dar os meus parabéns, pessoais e do organismo em que trabalho, à Câmara Municipal de Loures e à Biblioteca Municipal José Saramago, por concretizarem este Encontro e dar a garantia que a DGLAB terá muito gosto, através dos seus próprios meios, de difundir as conclusões que aqui se chegar, para que esses resultados possam ser conhecidos em todo o país por parte de todos os interessados nestas matérias, mas, em particular, pelos bibliotecários que não puderam estar presentes, outros profissionais de bibliotecas e autarcas com responsabilidades na gestão das bibliotecas públicas.